

Vale-tudo pela Zona Franca de Manaus

Pressões e pedidos a aliados políticos foram armas do governador Amazonino Mendes para retomar controle da Suframa

Mirian Guaraciaba
Da Zero Hora

Manaus — Por ela, o governador Amazonino Mendes (PFL) é capaz de tudo. Há exatamente um ano, Mendes perdeu o controle da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) para o então ministro do Planejamento, José Serra, que nomeou para a chefia do órgão o técnico de carreira Mauro Costa. Desde então, Amazonino tenta desesperadamente recuperar o cargo. No final de 1996, inconformado, apelou ao presidente Fernando Henrique: "Eu não posso ser desrespeitado pelo governo federal".

Como suas investidas não rendiam resultado, Amazonino passou então a intimidar Mauro Costa. Há um mês, mandou retirar do distrito industrial, administrado pela Suframa, dois serviços essenciais: o policiamento e a coleta de

lixo. O primeiro, obrigação do estado, e o segundo, da prefeitura de Manaus. Costa vem tentando contornar os problemas.

A última cartada de Amazonino teria sido dada pelo senador Bernardo Cabral (PMDB-AM), presidente da CPI dos Títulos Públicos, há pouco mais de um mês. Cabral teria pedido uma reunião com os ministros da Fazenda, Pedro Malan, do Planejamento, Antônio Kandir, e com o presidente do Banco Central, Gustavo Loyola, para tratar do relatório da CPI.

Segundo relato de um dos participantes, feito à cúpula tucana, o senador teria dito: se Fernando Henrique honrar o compromisso firmado com Amazonino em relação à chefia da Suframa, o relatório final não apontará o BC como um dos principais responsáveis no escândalo dos precatórios. Passam pelo BC todos os processos que autorizam essas operações financeiras

pelos estados.

O relator, senador Roberto Requião (PMDB-PR), não teria tomado conhecimento da conversa. Malan e Kandir, segundo a mesma fonte, teriam levado o caso ao presidente, que autorizou a troca: Sai Mauro, entra Marlênio. Parecia, finalmente, que Amazonino ganhara a parada.

Três dias antes de estourar o escândalo ligando o governador à compra de votos para aprovar a emenda da reeleição, estava pronto para ser assinado o ato de nomeação de Marlênio Ferreira, atual superintendente-adjunto da Suframa. Marlênio, indicado por Amazonino e apadrinhado do senador José Sarney (PMDB-AP), teve seu nome abençoado pelo presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA).

A nomeação de Marlênio, acusado de malversação de dinheiro público quando exerceu função na própria Suframa, não só garantiria um relatório da CPI favorável ao BC como pagaria a fatura do apoio de

Amazonino à emenda da reeleição.

O presidente do Senado talvez não saiba direito quem é Marlênio, mas sabe que também deve favores ao governador. Foi graças a ele que Gilberto Miranda, suplente de Mendes no Senado, trocou o PMDB pelo PFL, possibilitando a vitória de ACM. O PFL precisava de apenas um

voto para ter maioria na Casa e poder disputar a presidência. Miranda teria aproveitado o momento para negociar a retirada dos processos criminais movidos contra ele pela Receita Federal por sonegação fiscal. Restou a multa de R\$ 400 milhões que ele poderá empurrar com a barriga.

No episódio de nomeação de Marlênio, Fernando Henrique foi salvo pelo gongo. Quatro parlamentares amazonenses levaram ao secretário-geral da Presidência, Eduardo Jorge, um abaixo-assinado de 56 tucanos pedindo a permanência de Mauro Costa no cargo. O presidente adiou a decisão para a semana seguinte, quando estourou o escândalo da

compra de votos na Câmara.

BARGANHA

A história de barganha na Suframa é antiga. Sob a presidência de Manoel Rodrigues — ex-assessor do ex-governador Gilberto Mestrinho e de Amazonino, que hoje vive em Miami, num condomínio vizinho ao de Fernando Collor — a Suframa foi loteada entre o ex-deputado Ézio Ferreira, envolvido no escândalo do orçamento, os deputados Átila Lins (PFL) e Pauderney Avelino (PPB) e o ex-prefeito de Manaus, Eduardo Braga. A gestão durou quatro anos.

O indicado de Braga, seu cunhado, José Renato Alves, envolveu-se no escândalo do açúcar e acabou preso. A jogada era a seguinte: em São José do Rio Preto (SP), uma quadrilha simulava a venda do açúcar para Manaus, onde há isenção de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), entre outros. A carga não viajava e, isenta de impostos, era vendida no interior de São Paulo. Passavam por Alves as guias falsificadas. Logo em seguida às denúncias, o antigo prédio da Suframa pegou fogo. Por falta de provas, Alves foi solto.

